

Equilíbrio ameaça manter a Carta como está

Levantamento de deputado mostra que ninguém tem maioria e 2º turno pode não dar em nada

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

A simples análise das tendências demonstradas no plenário pelos 559 constituintes e mais alguns dados políticos, como a eleição municipal de 15 de novembro, demonstram que dificilmente a Assembleia Nacional Constituinte será concluída antes do pleito municipal ou, se isso acontecer, o texto de primeiro turno não sofrerá alteração nenhuma. Isso ficou claro no levantamento que o deputado Basílio Vilani (PTB-PR) concluiu ontem a pedido do Governo, quando constatou que as esquerdas têm apenas 200 votos, o centro-direita (governistas) 277 e 82 são classificados de oscilantes. "Val ser uma guerra, se houver votação", previu.

Esses dados serão levados ao Governo, que pretende investir pesado no grupo de 82 vacilantes, a fim de tentar mudar um pouco o quadro desfavorável que tem no plenário da Constituinte. Todavia, as dificuldades aumentam para o lado situacionista, onde as faltas são mais frequentes, já que nem o número de candidatos a prefeituras é menor no seu grupo. Sob esse aspecto, as esquerdas têm cerca de 49 candidatos e os governistas 41, enquanto os demais são do grupo que balança, perfazendo um total mínimo de 121 "prefeitáveis".

O deputado Basílio Vilani, do grupo governista que trocou o PMDB pelo PTB do Paraná recentemente por causa de problemas locais, tem-se dedicado a trabalhos de pesquisa com números e tendências que, de um modo geral, oferecem um perfil real da situação dos votos no plenário. Ele acertou na mosca a vitória do sistema presidencialista e dos cinco anos de mandato com meses de antecedência e, ainda, quando os números e declarações dos constituintes indicavam o contrário.

Agora, Vilani veio do Paraná a pedido da liderança do Governo para analisar a situação em relação ao segundo turno. Concluiu, depois de verificar o que intitulou de "expectativa de votos para as emendas da livre iniciativa" que na guerra da esquerda com a centro-direita, ninguém terá meios de vencer, pois os dois grupos estão até mais consolidados e, possivelmente, pouco receptivos a gestões visando a alterar os seus votos.

Vilani lembrou ontem que as emendas do segundo turno, a exemplo do que vigorou até agora, são de iniciativa pessoal do constituinte, independentes de partido, o que apenas atrapalha mais as negociações. Ele fez a análise com base nas principais votações, como, por exemplo, reforma agrária, empresa nacional, mineração, sistema de governo. E deixou de lado a do mandato, reconhecendo que nesse caso muitos fatores externos interferiram a ponto de levar alguns a alterar, momentaneamente, suas posições político-ideológicas. Um exemplo disso ocorreu no Maranhão, com gente progressista que atendeu o apelo do contrarrevolucionário José Sarney.

O petebista do Paraná levantou o perfil de cada um dos 559 constituintes e comprovou que nem acordo ajudará a aprovar as emendas no segundo turno por causa de um dado simples: faltarão votos. Afinal, as esquerdas, que são unidas, frequentes e coesas, não passam de 200, somando a totalidade do PCB, do PC do B, PDT, PT, PSB, PSDB, os remanescentes progressistas que continuam ainda no PMDB e mais alguns votos isolados de gente da bancada de partidos de Centro (como Konder Reis, Raquel Cândido e Wilma Maia).

Já os votos tradicionais a favor de matérias que defendem a iniciativa privada e aspectos do interesse do Governo, somam 277 constituintes do PFL, a chamada ala moderada do PMDB,

o PDS e o PDC, além de outros nancicos. Ora, comentou Basílio Vilani, basta fazer contas, a partir daí, para perceber que não haverá chance de alterar o texto. E isso se é que haverá votação depois do dia 25.

Afinal, os 82 que sobram têm características de difícil avaliação, pois tanto pendem para um lado como para o outro, conforme pode-se verificar na análise dos votos dados na primeira fase da Constituinte. Esse é o caso, por exemplo, de Ailton Sandoval e Arnaldo Faria de Sá. Isso acontece em função de vinculações políticas locais e de interesses setoriais dos parlamentares, conhecidos até mesmo por seus colegas de bancada e partido.

Levando em consideração que dos 559 constituintes, 121 pelo menos são pretensos candidatos ao pleito de novembro, mas, numa demonstração de otimismo, se trabalhasse com a idéia de que apenas metade deles estaria fora de Brasília nos dias de votação, se teria um universo de 499, apenas. Dele, Vilani abateu mais o grupo de ausentes contumazes, que é rerepresentado pelos que estão em viagem ao exterior, os gazeteiros e os que faltam por problemas pessoais (saúde, aniversários, casamentos, mortes em família, ou festas e compromissos diversos). Chegou então a 430, ou seja, um quorum menor apenas de trinta do que tem sido a média nos dias normais da Assembleia Nacional Constituinte.

Existindo 200 votos de um lado e 277 para o outro, ninguém aprovará nada. Vilani, no relatório que prepara para o Governo, assinala ainda que as esquerdas terão sempre frequência integral, mantendo o comportamento adotado nas votações anteriores, ou seja, nunca serão menos de 190 no plenário. Dos 430 previstos, portanto, sobrarão 240 para o grupo de centro-direita, onde os problemas são maiores.

Nesse grupo de centro-direita existe um importante segmento de pessoas que exigem o atendimento de favores, nomeações, até mesmo apenas mais atenção das lideranças governistas ou do próprio Palácio do Planalto. Nem sempre comparecem e chegam a exigir em ocasiões especiais meios para se deslocar a Brasília a fim de cumprir a obrigação de votar.

Com tais indícios, fica óbvio que os números para os dois lados não favorecerão suas teses. Basílio Vilani confirmou as suspeitas de alguns políticos segundo as quais sem acordos e com a constatação de que as forças são desiguais, terão com frequência de optar pela técnica parlamentar de esvaziar o plenário, inviabilizando as votações e impedindo a conclusão da Constituinte este ano.

Outra alternativa, que os situacionistas resistem em admitir, seria que os líderes não tenham comando suficiente sobre as bancadas para impedir as votações. Nesse caso, haveria quorum para o funcionamento mas as votações não permitiriam a aprovação de emendas de segundo turno. Com isso, o texto aprovado no primeiro turno estaria integralmente aprovado.

Apesar do anúncio do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, de que vai repetir para as votações essenciais a mobilização adotada para o sistema de governo e do mandato, Basílio Vilani mostra-se cético com os resultados dessa investida por causa das eleições municipais. Ele está convencido de que nem a máquina de mobilização do Governo mudaria o quadro e mesmo com um trabalho cerrado sobre os indecisos, teria sucesso, uma vez que tratando-se da necessidade de alterar pontos fundamentais seria um risco muito grande votar com pequena margem de segurança.



Cabral e os relatores adjuntos — Konder Reis, Adolfo de Oliveira e José Fogaca — rejeitaram emenda do Centro contra autonomia de Brasília

Autonomia do DF é mantida por Cabral

Se depender do parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) o Distrito Federal terá mantida a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira aprovada no 1º Turno de votação. Favorável à eleição direta ora a escolha do governador e deputados distritais que comporão a futura Assembleia Legislativa do DF, o relator rejeitou emenda do deputado José Lourenço, líder do PFL e membro do Centro, que previa a derrubada da autonomia

política e sugeria a manutenção da nomeação dos governadores via Palácio do Planalto.

O problema da vacância do cargo de governador do DF no período de março de 1990 a janeiro de 91 ainda não foi solucionado e corrigido por Cabral. Ele revelou que existem pelo menos sete emendas para sanar a omissão, mas só serão apreciadas quando estiver dando o parecer sobre as matérias correspondentes ao Título

das Disposições Transitórias.

A idéia é acatar favoravelmente uma destas emendas para resolver como se dará a indicação do governador a partir de março de 90 — quando o governador José Aparecido deverá entregar o cargo juntamente com o o presidente José Sarney — até janeiro de 91, quando será empossado o governador eleito diretamente em novembro de 1990.

Parecer ficará pronto amanhã

A conclusão do parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) sobre as 1.844 emendas apresentadas ao 2º Turno acontecerá antes do prazo previsto pelo Regimento. Ele anunciou ontem que amanhã já terá pronto o parecer, que será apenas revisado no domingo. Mas o presidente Ulysses Guimarães disse que não irá convocar os constituintes antes do dia 25 de julho para o início das votações do projeto em 2º Turno.

Anunciado com o avanço dos trabalhos sobre os prazos, o presidente Ulysses Guimarães observou que se todos os constituintes fizerem um rush, comparecendo às votações pela manhã, tarde e à noite, "será possível concluir a nova Carta mesmo em agosto. Ele garantiu que o regimento permite inclusive as votações globais, até mesmo simbólicas de matérias não constitucionais — as emendas corretivas — sem ferir a Emenda nº 26, que trata da convocação desta Constituinte.

No início da noite o presidente Ulysses Guimarães divulgou que já haviam vencido — ele e os relatores — a apreciação de 700 das 1.844 emendas apresentadas nesta fase. Estas 700 emendas são relativas aos Títulos I (Direitos e Garantias Individuais), II (Da Organização do Estado) e o VI (Da Tributação e do Orçamento). Do Título III os relatores saltaram para o VI a fim de aproveitar a colaboração dos deputados Francisco Dornelles (PFL/RJ) e José Serra (PSDB/SP), por terem uma visão mais abrangente de maté-

rias que se referem a tributação e orçamento.

Embora na prática o parecer do relator não impeça que as emendas por ele rejeitadas ou acatadas sejam deliberadas pelo plenário, sendo necessários os 280 votos para aprová-las, Bernardo Cabral anunciou ontem a posição adotada em matérias importantes.

Em seu parecer ele acatou, por exemplo, a supressão da palavra "Judiciária", do artigo aprovado em 1º Turno que diz: "Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente". Quando a matéria foi aprovada em 1º Turno motivou a reação imediata do presidente José Sarney no programa "Conversa ao pé do rádio". A emenda supressiva foi encaminhada pelo Centro e teve parecer favorável do relator. Os juristas entendem que, derrubada esta garantia constitucional, o cidadão poderá ser preso por delitos que não tenha cometido e não procede a preocupação de que a sociedade ficaria indefesa com o princípio de que o criminoso só poderia ser preso em flagrante ou por ordem de autoridade judiciária.

Ao anunciar a decisão da relatoria, o presidente Ulysses Guimarães utilizou como justificativa o exemplo do crime ocorrido em um navio.

— Se ocorrer qualquer delito dentro de um navio em alto mar, seja da Marinha Mercante ou uma embarcação civil, é necessário que alguém determine

No Congresso vazio, lobista não perde tempo

LAURENICE NOLETO
Da Editoria de Política

Os corredores do Congresso estão vazios. O Salão Verde da Câmara, ante-sala do plenário da Constituinte, trocou seus usuários. Ao invés dos barulhentos grupos de lobistas recebe nestes últimos dias caravanas de turistas, com direito a fotos e filmagens. A impressão é de que tudo está parado, à espera do reinício das votações a partir do dia 25 próximo.

Ledo engano. Como diz o povo, "por baixo das cinzas ardem as brasas". Este pelo menos é o caso dos lobistas, pessoas que trabalham junto à Constituinte em defesa de uma ou outra matéria que interessa aos grupos que representam ou pelos quais são remunerados mensalmente. A fase agora é outra e a estratégia de trabalho também é diferente. Eles não se afastaram, como poderia se pensar, apenas mudaram seu local de concentração e de tarefas.

Numa sala ao lado da Secretaria Geral da Constituinte, no Anexo II da Câmara, onde cópias das emendas já registradas eram colocadas em pastas para consulta pública, jornalistas disputavam quase a unhas com os lobistas o direito de folheá-las. Sem perda de tempo, eles acompanhavam dia a dia o

registro de novas emendas, remetendo as informações quantíssimas às lideranças de seus grupos, passando o trabalho para outro nível de atuação.

Para alguns, os primeiros resultados concretos dos trabalhos já começaram a dar sinais positivos como é o caso dos professores universitários, que conseguiram o primeiro lugar no ranking rumo à nova Carta, em se tratando do número de emendas apresentadas ao segundo turno. Eles haviam ficado fora da aposentadoria especial concedida aos professores do primeiro e segundo graus. E foi justamente as emendas supressivas dessa expressão — "primeiro e segundo graus" — que foram apresentadas em maior número pelos constituintes. O lobby funcionou.

Também os lobistas da Defensoria Pública já estavam comemorando sua vitória. O artigo 139 do projeto que reconhece pela primeira vez numa carta constitucional a existência dessas instituições, já pode ser tido como aprovado, pois não recebeu qualquer tipo de emenda para a votação em seu segundo turno da Constituinte. Foi uma vitória antecipada dos lobistas, preocupados agora apenas em manter o parágrafo único daquele dispositivo, ameaçado por uma emenda supressiva do senador Konder Reis (PDS-SC).

Até posse acaba em sala do Prodasen

SIMONE CALDAS
Da Editoria de Política

O corre-corre para ultimar os trabalhos de avaliação das emendas ao projeto constitucional, provocou um fato inusitado ontem à tarde. E que o deputado Iturival Nascimento — primeiro suplente do PMDB de Goiás — acabou tomando posse numa das salas do Prodasen, e não na de Ulysses Guimarães, como é de praxe. Iturival veio a Brasília para ser oficializado no cargo de deputado constituinte em substituição a Fernando Cunha, que passa a ocupar o posto de secretário de Governo, em Goiás.

O mais novo constituinte goiano chegou à sala de Ulysses uma hora antes da solenidade, marcada para as 15h30. Teve que esperar muito mais tempo que o imaginado. Por volta das 16 horas, assessores do presidente pediram que Iturival e sua comitiva, formada por cerca de 15 pessoas, fossem até o Prodasen, onde Ulysses, Bernardo Cabral e seus relatores adjuntos dão o parecer a cada emenda que será votada em segundo turno. O juramento, abraços e pose para fotos não duraram mais que cinco minutos; faltando 15 minutos para as 17 horas a rotina voltava a reinar no Prodasen.

PERFIL

Com 28 anos de carreira, Iturival já foi duas vezes vereador em Rio Verde (GO), teve dois mandatos de deputado estadual e ocupa pela quarta vez o de deputado federal, cadeira que perdeu nas eleições de 1986. É considerado político de caráter conservador. Na Constituinte pretende seguir o voto da liderança "que está acima do Centro". Em alguns pontos polêmicos, entretanto, atuará conforme sua própria consciência. Na questão da anistia aos pequenos e microempresários do campo e cidade, por exemplo, ele diz



Iturival

que sua tendência é votar a favor. "Não quero saber se é o povo brasileiro que vai pagar, acho que o governo tem que tomar uma posição", disse.

Segundo ele, a licença-maternidade torna desigual a concorrência entre homens e mulheres no mercado de mão-de-obra, por isso votará pela supressão, "pelo menos em princípio". Deverá apoiar o voto aos 16 anos. Outros pontos "não pude analisar ainda". Da atuação passada disse ser o autor de dois projetos que ainda tramitam na Câmara. Um é a construção da ferrovia leste-oeste, mais tarde encampada pelo então senador Henrique Santillo, hoje governador do Estado. O outro é a construção da Universidade Federal do Sudoeste, em sua cidade natal — Rio Verde. Acompanharão o deputado quatro de seus seis filhos — um deles candidato a vereador daquela cidade no interior de Goiás; além de seu irmão, candidato a prefeito no mesmo município, e várias autoridades do governo do Estado, de Goiás. Tio e sobrinho sorriram abraçados com Ulysses para as fotos que serão utilizadas em campanha.



Basílio Vilani: feitas as contas, ninguém terá maioria

Vereador pode ter imunidade ampliada

A ampliação da imunidade parlamentar dos vereadores foi proposta através de emenda de autoria do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) ao projeto de Constituição cuja votação em segundo turno terá início no próximo dia 25 deste mês.

Após a votação do primeiro turno regimental ficou estabelecido que a inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato está limitada a circunscrição do município. Mansueto de Lavor sustenta, finalmente, que a inviolabilidade do mandato deve estar ligada ao seu exercício, "onde quer que essa função pública se faça necessária".

exemplo, que no caso das áreas metropolitanas e de municípios com sedes contíguas, é notória a interação dos respectivos poderes legislativos. Além disso — pondera o senador — o vereador também viaja em missão oficial, representa o seu povo e sua Câmara em outras partes do País, em congressos e encontros de vereadores e em outros eventos de interesse dos respectivos municípios.

Mansueto de Lavor sustenta, finalmente, que a inviolabilidade do mandato deve estar ligada ao seu exercício, "onde quer que essa função pública se faça necessária".

Emendas deixam livre o defensor

Antes mesmo de ser iniciada a votação do segundo e último turno da Constituinte, pelo menos uma matéria já pode contar com seu espaço garantido na nova Carta. No capítulo IV, seção III, Da Advocacia e da Defensoria Pública, o caput do artigo 139 não mereceu qualquer tipo de emenda, ficando portanto definido, conforme o texto, que "a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados".

A constatação da prévia aprovação do dispositivo foi feita pelo presidente da Federação Nacional das Associações de Defensores Públicos, João Simões Vagas Filho, e pelo representante da Procuradoria Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro junto à Constituinte, Paulo Baldez, após dois dias de

trabalho analisando todas as 1.844 emendas supressivas ou de correção de linguagem, erro ou omissão registradas para o segundo turno de votação da Constituinte.

"Ao defensor público cabe a orientação e a defesa, em todos os graus, das pessoas economicamente carentes, ou seja, pessoas que não podem pagar honorários advocatícios e nem custos judiciais. É a porta de acesso do pobre à Justiça", falou João Simões, ao definir a importância da aprovação desse dispositivo, que pela primeira vez vai constar de uma Constituição brasileira.

Apesar disso, eles mostram-se ainda preocupados quanto a emenda supressiva apresentada pelo deputado Konder Reis (PDS-SC) ao parágrafo único daquele artigo, que remete para lei complementar a organização da Defensoria Pública da

União, Distrito Federal e dos Territórios, além da prescrição de normas gerais para sua organização nos Estados. No mesmo parágrafo, está previsto que os cargos de defensor público serão providos mediante concurso público, proibindo-se também o exercício da advocacia fora daquelas atribuições.

Nos Estados do Rio de Janeiro (pioneiro nessa atividade), Mato Grosso do Sul e Minas Gerais já existem essas Defensorias Públicas. E segundo informações dos dois lobistas, no Rio ela é responsável por 80% do movimento forense, sendo que nas causas de família e criminais esse percentual sobe para 90%. O trabalho é executado por 400 defensores públicos, de alto gabarito, e a partir ainda deste mês deverá contar com outros 45 advogados aprovados em recente concurso público, do qual participaram cerca de cinco mil bachareis em Direito.

Jutahy pede respeito a acordos

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), considera difícil, no segundo turno de votação da Constituinte, alterar significativamente o texto aprovado no primeiro turno. Por uma razão simples, segundo ele: a maior parte das grandes decisões foi votada por acordos, muitas vezes amplos, "e acordos são feitos para serem respeitados", assinala.

Jutahy cita especificamente o

caso do inciso XIV do artigo sexto, que limita em seis horas a "jornada máxima" para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. O Governo quer ver suprimido integralmente este dispositivo, por entender que prejudica a Petrobrás. Lembra o senador que, no primeiro turno, houve um acordo pelo qual o autor da proposta, deputado João Paulo

(PT-MG), apresentaria, na votação seguinte, emenda eliminando a expressão "máxima". Foi o que ele fez, respeitando um acordo que, agora, frisa Jutahy, o Governo não quer cumprir.

O senador baiano considera natural que o Governo, através de suas lideranças, patrocine mais de 100 emendas ao texto aprovado no primeiro turno, de modo a atender seus interesses.